



**Estratégia**  
Concursos

**2º SIMULADO *INÉDITO***  
**DELEGADO DA**

**PCERJ**



# Simulado Especial

## 2º Simulado PC-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **24 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 19h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

### **Questão 1**

Após regular tramitação, José não logrou êxito, nem em primeira nem em segunda instância, em um processo judicial que movia em face de João, tramitando perante a justiça comum. O advogado de José entendeu que a decisão proferida em sede de segunda instância afrontava diretamente dispositivo da Lei Federal nº777. Dessa forma, interpôs recurso extraordinário, em face da referida decisão, direcionado ao Supremo Tribunal Federal.

A partir da narrativa acima e com base nas disposições da Constituição Federal, responda.

O advogado de José agiu de forma acertada? Fundamente.



**Questão 2**

O Procurador Geral da República ofereceu denúncia contra o Presidente Misael Bender, por crimes praticados após assumir o cargo e correlatos ao desempenho da função. Também foram denunciados José Batista e Ivan Ivanovich, grandes empresários nacionais, envolvidos em um esquema criminoso. Após distribuição a um dos Ministros do STF, este encaminhou a denúncia à Câmara dos Deputados para que esta deliberasse sobre a admissão da acusação (art. 51, inciso I e Art. 86, ambos da CF/88).

Ato contínuo, a Câmara dos deputados rejeitou as acusações contra o Presidente Misael Bender. Assim, o STF suspendeu o processo e o curso da prescrição até o fim do mandato do acusado. Ocorre que o Ministério Público prosseguiu com o processo em face de José Batista e Ivan Ivanovich.

Os investigados, inconformados, recorreram contra a decisão do STF, alegando que pelos fatos estarem conexos com as condutas supostamente praticadas pelo Presidente da República, o processo também deveria ser suspenso e aguardar o fim do Mandato do Político para que todos fossem julgados juntos, em razão da conexão.

Com base no caso hipotético e com base nos conhecimentos da Constituição Federal, das normas processuais, bem como o entendimento dos tribunais superiores, responda.

A alegação dos acusados José Batista e Ivan Ivanovich (suspensão do processo por conexão com o presidente da república) merece prosperar?

**Estratégia**  
CARREIRA JURÍDICA

### Questão 3

O Município X estabeleceu lei municipal que proibia que novas farmácias se estabelecessem, no âmbito do Município, a menos de 300m uma da outra. Inconformado com essa medida, Joaquim, que pretendia montar uma farmácia, consulta um advogado para saber se tal norma é permitida pela Constituição Federal de 1988. À luz da situação hipotética, imagine-se na condição de advogado de Joaquim e responda.

Tal proibição é permitida pela Constituição de 1988?



**Questão 4**

Joana, estudante de biologia do último semestre em uma faculdade pública, decide que deseja fazer uma pós-graduação (especialização) para melhorar ainda mais seu curriculum. Joana vai até a coordenação da universidade e descobre que o curso de pós-graduação (especialização) que pretendia se matricular cobra mensalidade. Joana fica revoltada ao receber tal informação, tendo em vista que se trata da mesma instituição em que está se graduando, tendo cursado todos os períodos de forma gratuita. Furiosa, Joana consulta Carlos, seu amigo, estudante do último semestre de direito na mesma instituição e questiona a Carlos se a cobrança de tais mensalidades para um curso de pós-graduação em uma universidade pública viola o princípio constitucional da gratuidade do ensino público.

Tendo por base seus conhecimentos sobre a Constituição Federal e o entendimento dos tribunais superiores, responda.

A cobrança de mensalidades para um curso de pós-graduação (especialização) em uma universidade pública viola o princípio constitucional da gratuidade do ensino público?



## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

### **Questão 5**

Sabe-se que a Administração Pública direta é composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, entes dotados de capacidade política e de auto-organização. Já a Administração Pública indireta é composta pelas Autarquias, Fundações públicas, Empresas públicas e Sociedade de economia mista. Algumas dessas entidades da administração indireta atuam preponderantemente sob o regime jurídico de direito público, já outras atuam preponderantemente sob o regime jurídico de direito privado. Debate-se na doutrina e jurisprudência sob o regime jurídico a que se submete as FUNDAÇÕES. Sobre esse tema, discorra sobre qual regime se submete as fundações (direito público ou privado) e quais fatores devem ser levados em consideração para se fazer essa distinção.



**Questão 6**

A União possui um contrato com a empresa privada "Espanta ladrão Vigilância 24hrs Ltda." Por meio deste contrato, a empresa, com seus funcionários, obrigou-se a fazer a vigilância armada do prédio onde funciona um órgão público federal, recebendo, em contraprestação, R\$ 500 mil mensais. Ocorre que a empresa "Espanta ladrão Vigilância 24hrs Ltda.", por estar enfrentando dificuldades financeiras, passou a não mais pagar os salários e demais verbas trabalhistas de seus funcionários. À luz da situação hipotética narrada e tomando por base a Constituição federal, a legislação federal e o entendimento dos tribunais superiores, responda.

Diante da inadimplência da empresa contratada perante seus funcionários, a responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas pode ser transferida automaticamente para a União?



### Questão 7

Felisberto, guarda Municipal do Município X, fazia sua ronda normal de um dia de trabalho. De repente, percebe Reginaldo estacionando seu carro em local inapropriado, em avenida de grande movimentação no centro da cidade. Felisberto aborda Reginaldo, se identifica como guarda municipal e aplica multa de trânsito em Reginaldo. Este, inconformado com a sanção recebida, pois Felisberto não integra o departamento Municipal de trânsito, questiona seu filho, bacharel em direito graduado, se tal situação era legalmente possível.

Com base nos conhecimentos da Constituição Federal, da legislação em vigor e do entendimento dos tribunais superiores, imagine-se filho de Reginaldo e responda a seguinte inquirição:

Tal situação (aplicação de sanção de trânsito por guarda municipal) é legalmente possível?



**Questão 8**

A Administração pública recebe denúncia anônima, por telefone, noticiando que César, auditor fiscal do Estado x, recebia valores e bens de particulares para deixar de constituir crédito tributário em face de grandes empresas, ou constituir em montante menor do que o devido. Os superiores hierárquicos de César promovem investigação para checar a veracidade de tal denúncia. Posteriormente, é instaurado processo administrativo disciplinar, sendo assegurado ampla defesa e respeitado o devido processo, culminando com a demissão de César.

Inconformado, o ex - servidor público questiona no judiciário a legalidade de tal sanção que lhe foi imposta, alega para tanto que o Processo administrativo que lhe acarretou a demissão teve início a partir de uma denúncia anônima, o que vai contra os princípios da administração pública e a ordem constitucional, que inclusive veda o anonimato.

Com base na situação hipotética narrada, desconsiderando as normas penais pertinentes e considerando o entendimento dos tribunais superiores, é possível afirmar que a administração pública agiu de forma irregular e as alegações de César merecem prosperar?



## **DIREITO CIVIL**

---

### **Questão 9**

Everton, Luiz, Caio e Omar comprometeram-se solidariamente com José, rico fazendeiro do Estado de Mato Grosso, a oferecer 4 Cavalos da espécie Puro sangue inglês, em troca de um terreno. Everton, Luiz, Caio e Omar acordaram entre si que Caio ficaria responsável por alimentar os animais até o dia combinado para a entrega dos animais a José. Ocorre que Caio, por negligência, esqueceu de alimentar os animais que infelizmente acabaram morrendo.

Sobre a situação hipotética acima e à luz das disposições do código civil, responda.

- a) É possível afirmar que devido a perda do objeto acordado entre as partes, não subsiste mais a solidariedade passiva?
- b) É possível afirmar que Everton, Luiz, Caio e Omar responderam solidariamente pelas perdas e danos?



### Questão 10

Arnaldo emprestou a Vera, seu carro particular por três meses, tempo que Vera precisava para consertar seu antigo fusca anos noventa. Ocorre que, por uma infelicidade do destino, o carro de Arnaldo, que estava na posse de Vera, é arrastado por uma enchente e sofre perda total. Considerando as disposições do Código Civil sobre obrigações, responda.

Poderá Vera ser responsabilizada pela perda do carro de Arnaldo e obrigada a pagar um valor equivalente.



**Questão 11**

Carlos, de dezessete anos, convida seu amigo Breno, de dezesseis anos, para sair com um grupo de colegas em comum. Durante o passeio, Carlos começa a ingerir bebida alcoólica. Já Breno, apesar da insistência dos amigos, não ingere bebida alguma. Após várias horas bebendo, Carlos convida o grupo para dar uma volta no carro de seu pai, afirmando que a garagem ficava ao lado do bar onde estavam. Breno, embora não quisesse participar da empreitada, após muita insistência dos amigos, decide acompanhá-los. Carlos pega o veículo e sai dirigindo nas ruas da cidade. Em razão do seu estado alcoolizado acaba colidindo com um poste. Breno é o único a sofrer ferimentos graves, tendo inclusive que amputar um braço.

Sobre a situação hipotética sugerida e com base nas disposições do código civil, responda.

Poderão os pais de Carlos serem responsabilizados pela conduta do filho?



**Questão 12**

Everton Ribeiro firmou com Felipe Mello, contrato de compra e venda de um carro, modelo Mercedes AMG GT-R PRO. Entretanto, Everton comunica a Felipe que tal veículo estava sendo objeto de discussão judicial e que um juiz poderia determinar a penhora e leilão do bem. Felipe, ciente da situação, faz constar no instrumento contratual cláusula constando que em caso de decisão judicial reivindicando a propriedade do bem, exigirá de Everton o valor pago pelo carro. Meses depois de finalizado o negócio entre as partes, sobrevém decisão judicial determinando a penhora da Mercedes. Felipe, inconformado, cobra o valor que pagou pelo objeto a Everton, que se recusa a devolver a quantia.

Com base na situação acima, desconsiderando as normas referentes a seara processual e à luz das disposições do código civil, responda.

Poderá Felipe reaver a quantia paga?



## MEDICINA LEGAL

---

### Questão 13

Um delegado de polícia lotado na Delegacia de Homicídios é convidado a responder a uma questão que envolva morte e conhecimentos relacionados à tanatologia forense.

Diante dos 3 cenários abaixo, discorra sobre a possibilidade de cada um ocorrer ou não na realidade.

**Situação 1:** A morte de um indivíduo por asfixia causada acidentalmente por grãos de arroz.

**Situação 2:** Um indivíduo foi encontrado morto. Ao se analisar as lesões o médico legista constatou a fratura do hióide. Como não havia lesões outras, além de marcas ungueais no pescoço, há de se concluir por suicídio.

**Situação 3:** Um perito verificou em local de perícia que o cadáver apresentava sinal de laçada de formato irregular, interrompida na região da nuca. Apenas por esta análise não se pode concluir pelo suicídio.



### Questão 14

Acerca da asfixiologia, comente e discorra sobre a afirmação abaixo:

- lugares mal arejados, quase sempre confinados ou pouco abertos e sem a necessária ventilação podem levar o indivíduo à morte devido à ação dos gases ambientais sobre a atividade da hemoglobina.



### Questão 15

Ficaram mundialmente conhecidos os tremores de terra na região central da Itália, no final de 2016.

Considere a seguinte situação:

- Se uma das vítimas foi retirada dos escombros de um edifício em que também ocorreu incêndio, ao ser necropsiada constatou-se a presença do sinal de Montalti, além de fraturas múltiplas, decorrentes de ação da queda dos escombros.

Comente acerca da situação acima sob o aspecto médico-legal.



**Questão 16**

Comente acerca do estrangulamento, mencionando as principais características desta forma de asfixia.



**DIREITO PENAL**

---

**Questão 17**

Rosângela, mãe de João, 5 anos, Pedro, 3 anos, e Miguel, 8 anos, foi presa preventivamente pelo crime de tráfico de drogas em concurso com o crime de roubo, cometido sob manifesta violência. O advogado de Rosângela impetra Habeas corpus pleiteando a revogação da medida ou que, alternativamente, Joana fosse posta em prisão domiciliar. O Juiz de piso nega o pedido da ré sob o argumento de que se trata de presa perigosa, envolvida em tráfico de drogas, apontada como líder de organização criminosa nacional e que, segundo provas acostadas aos autos, seus três filhos residiam com a avó paterna, tendo pouco contato com a mãe. A defesa de Rosângela, inconformada, recorre da decisão. Entretanto, o Tribunal manteve por unanimidade a decisão do juízo de primeira instância. À luz da situação hipotética e considerando a Constituição Federal e a legislação pertinente, bem como o entendimento dos Tribunais superiores sobre o tema, responda. É possível afirmar que Rosângela tinha direito a prisão domiciliar, no presente caso?



**Questão 18**

Considere que Ricardo, Rivaldo, Ronaldo e Rael são réus em um processo penal pelo Crime de lavagem de dinheiro e corrupção ativa. Todos foram devidamente citados e apresentaram resposta acusação. Em sede de audiência de instrução, Rivaldo manifesta interesse em colaborar com a elucidação dos fatos e passa a narrar, em plena audiência, como funcionava o esquema de corrupção, apontando os responsáveis por cada atividade e revelando por completo o modus operandi do grupo. Ocorre que nem Ricardo, nem seu advogado constituído, embora devidamente intimados para o ato, não compareceram. Ao final do processo, sobreveio condenação a todos os réus. Inconformado, Ricardo recorre da sentença, alegando que houve nulidade por ausência de defesa técnica durante a instrução.

Tomando por base as disposições da Constituição federal, da legislação pertinente, bem como o entendimento dos tribunais superiores, responda. A tese de Ricardo sobre a nulidade merece prosperar?



### Questão 19

Antônio é investigado pela prática do crime de corrupção. No curso da investigação, a autoridade policial constatou que o esquema criminoso envolvia muitos indivíduos os quais estavam em constante contato com Antônio. Dessa forma, a autoridade policial manifesta-se pela decretação das interceptações telefônicas que após manifestação do Parquet é autorizado pelo juiz. José, advogado de Antônio, comparece à delegacia para ter acesso aos autos do inquérito e assim poder tomar conhecimento dos fatos pelos quais seu cliente é investigado. Ocorre que o delegado do caso não permite que José tenha acesso a nenhum elemento do inquérito. Sobre o caso narrado, responda.

Poderá José ter acesso aos atos do inquérito policial?



**Questão 20**

Considere as seguintes situações:

**Situação 1**

Pedro, preso em flagrante, teve seu celular acessado pelo delegado de polícia, durante a prisão. O delegado, ao acessar o WhatsApp de Pedro constatou a ocorrência de diversos outros crimes. Posteriormente Pedro foi denunciado pela prática de tais delitos.

**Situação 2**

Carlos matou José sem que ninguém tivesse presenciado o crime. A esposa de José, com intuito de contribuir com as investigações, oferece o celular do de cujus à autoridade policial. O delegado de polícia ao acessar o WhatsApp de José, descobre que ele e Carlos tinham marcado hora e local para um acerto de contas, horas depois José foi encontrado morto no local acordado.

A partir das duas situações hipotéticas narradas acima, com base na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional e no entendimento dos tribunais superiores, responda.

É possível afirmar que houve nulidade em alguma das situações?

**Estratégia**  
CARREIRA JURÍDICA

**DIREITO PENAL**

---

**Questão 21**

João, segurança de um shopping, valendo-se de sua condição e por ter acesso as lojas, furtava pequenos objetos sem que fosse percebido pelos funcionários do local. Sempre aguardava o final do expediente, período de menor atenção dos atendes das lojas, sempre no mesmo horário e usando o mesmo modus operandi. Certo dia, ao praticar os furtos como habitualmente fazia, João é surpreendido por Antônio, funcionários da joalheria do Shopping. Com medo de ser delatado por Antônio, João o ameaça dizendo que sabe onde ele mora, conhece sua esposa e se ele contasse para alguém o que viu, sofreria as consequências. Com base na situação hipotética e levando em consideração as disposições da Constituição Federal, Código Penal e o entendimento dos tribunais superiores, responda.

É possível afirmar que houve continuidade delitiva no presente caso?



### Questão 22

Roberto, conduzindo seu veículo, envolveu-se em um acidente e, culposamente, causou a morte de Raimundo que dirigia o outro carro envolvido no acidente.

Roberto foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 302 do CTB (homicídio culposo na direção de veículo automotor).

Ao apresentar resposta à acusação, a defesa de Roberto alegou que o acidente lhe trouxe graves danos físicos e psicológicos. Afirmou que ficou cerca de oito meses sem conseguir sair de casa e que até hoje apresenta profunda depressão por saber que causou a morte da vítima. Em razão disso, pede o reconhecimento do perdão judicial previsto no art. 121, § 5º do CP.

Considere que Roberto não conhecia Raimundo, no momento do acidente. Considere ainda as disposições da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional, e ainda o entendimento dos Tribunais superiores sobre o assunto. Responda.

Poderá Roberto ser beneficiado pelo perdão judicial, uma vez que o agente também teve implicações de forma tão grave, como depressão e o comprometimento da vida social?



**Estratégia**  
CARREIRA JURÍDICA

**Questão 23**

Inácio, membro de determinado grupo radicalista político brasileiro, residente em Moscou, Rússia, ao saber que o presidente do Brasil iria realizar uma visita aquele país e que também se acomodaria em hotel próximo a sua residência. Alguns dias após a notícia da visita presidencial, Inácio foi informado que o presidente iria usar relógio presidencial avaliado em milhões de reais. Nesse contexto, ao possuir oportunidade, abordou o presidente brasileiro, tomou o relógio milionário, contudo foi surpreendido pelos agentes do GSI – PR, devido a isso iniciou troca de tiro com os agentes, sendo que um dos tiros que Inácio disparou acertou o presidente fatalmente, falecendo no local.

Levando em consideração os fatos apontados acima, disserte a respeito da conduta de Inácio, tipificando caso seja possível, bem como a respeito da extraterritorialidade da lei penal brasileira frente ao presente caso.



**Questão 24**

Durante manifestações contra determinado candidato ao cargo de presidente da república, a polícia militar do estado x foi chamada para conter manifestantes que estavam depredando o patrimônio público. Ao chegarem no local, conseguiram conter o tumulto, contudo um dos policiais foi derrubado e um dos manifestantes conseguiu tomar sua arma e disparar contra os demais policiais, sendo prontamente alvejado pelos agentes públicos vindo a falecer no local do ocorrido. Após o acontecido, os familiares do manifestante requereram a abertura de procedimento investigativo e a imediata ação penal contra os policiais pelo crime de homicídio.

Com base no caso hipotético descrito alhures, disserte a respeito das excludentes de ilicitude no Direito Penal Brasileiro, especificamente sobre as que podem ser aplicadas ao caso apresentado.

